

Nota do Editor

A Revista Controle – Doutrina e Artigos apresenta mais um número com assuntos relevantes para a gestão pública, envolvendo discussões técnicas e científicas e reafirmando o engajamento do TCE/CE com o compartilhamento de pesquisas e ensaios atuais e abrangentes nas áreas de administração pública, direito, contabilidade, economia, engenharia, dentre outras.

No primeiro estudo desta edição, intitulado “O Aroma do Controle”, o Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro, vice-presidente de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Rui Barbosa (IRB), e a Profa. Renata Castro, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresentam, por meio de uma revisão normativa e da literatura, as características do controle externo brasileiro e suas tendências do futuro. Ressaltou-se a necessidade de o desenvolvimento das atividades de controle ser consciente e recorreu-se ao trabalho do filósofo sul-coreano, Byung Chul Ham, para apresentação de uma nova visão sobre os rumos do controle externo. Por fim, foi apresentada, dentre suas conclusões, a necessidade de as atividades de controle serem realizadas com fundamento em procedimentos, estrutura e metodologia. Dessa forma, espera-se que o leitor, ao final de sua apreciação do artigo, sinta que sua compreensão do controle externo e das normas de auditoria foi incrementada e, de forma ambiciosa, que sejam suscitadas outras reflexões dialéticas.

Na sequência, no artigo “Acessibilidade e mobilidade do deficiente visual: contribuições no âmbito das cidades inteligentes – o caso da Vila Clementino”, o Conselheiro Eduardo Tuma, em parceria com Alexandre Ferreira Mathias Júnior e Thalvana Alves da Penha, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, analisam um projeto de bairro inteligente para atender às necessidades de mobilidade e acessibilidade de deficientes visu-

ais, independentemente da idade, por meio da utilização de bengalas eletrônicas, de forma que o espaço urbano incorpore a Tecnologia Assistiva (TA), baseada em uma infraestrutura de sensores. A pesquisa, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, propõe que a administração municipal adote uma política pública para *Smart Cities* (cidades inteligentes), na medida em que tramita na Câmara Municipal da cidade de São Paulo o Projeto de Lei nº 830/2017, que dispõe sobre regras pertinentes a essa matéria. Concluiu-se, entre outros apontamentos, que as reformas na legislação são essenciais para as cidades inteligentes se desenvolverem de forma mais eficiente e organizada, além da importância de criar dotação orçamentária específica e regionalizada para transformar a cidade em amiga do deficiente.

Em seguida, no trabalho “Análise de risco para seleção de contratos de obras públicas: estudo de caso para o município de Fortaleza”, de autoria de Valéria Diniz de Miranda e Gleison Mendonça Diniz, auditores de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), é apresentada uma proposta de metodologia de análise de risco para seleção de contratos de obras e serviços de engenharia, por meio de um estudo de caso feito no município de Fortaleza. A metodologia sugerida tem um elevado potencial para trazer elementos técnicos ao adequado direcionamento de atuações fiscalizatórias no âmbito, não só, do município de Fortaleza, mas para todos os municípios cearenses, podendo, inclusive, ser replicada para outros municípios brasileiros. Trata-se, portanto, de um trabalho com importantes contribuições para a área de auditoria de obras públicas, considerando que as matrizes de risco têm se apresentado como uma relevante ferramenta na seleção de objetos para ações de controle.

A Revista ainda destaca a pesquisa do professor Amandino Teixeira Nunes Júnior, examinando a Justiça Eleitoral no Brasil, abordando sua organização, composição, funções e competências, conforme os parâmetros estabelecidos na Constituição de 1988 e no Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965). Para tanto, foi realizado um relato histórico sobre

a criação e a evolução da instituição no Brasil, além de uma discussão sobre os órgãos que a compõem e suas respectivas atribuições. Por fim, foram abordadas as funções peculiares da Justiça Eleitoral e sua importância para o processo eleitoral, ressaltando-se, inclusive, a relevância da atuação da Justiça Eleitoral ao longo desses 90 anos de existência como garantidora da democracia no Brasil.

Quanto às demais publicações deste exemplar, outros assuntos de grande contribuição para a administração pública são contemplados, tais como: justiça eleitoral e democracia; contratação de obras públicas; controle externo na pandemia; despesas de pessoal; controle interno; serviços de saúde; alterações à lei de improbidade administrativa; lei de introdução às normas do direito brasileiro (LINDB); controle externo e mineração de textos; modelo de tomada de decisão do sistema S do Transporte; e pregão eletrônico nas administrações públicas municipais.

Por fim, agradecemos a confiança de todos os autores pela difusão de suas pesquisas e ensaios técnicos, essenciais para o progresso continuado do setor público. Desejamos uma excelente leitura!

Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima
Editor-Chefe da Revista Controle
pontes.lima@uol.com.br